



TERESA TEIXEIRA, LILIANA RODRIGUES
NUNO SANTOS CARNEIRO E CONCEIÇÃO NOGUEIRA

**O lugar psicoterapêutico:
considerações críticas para a intervenção
com pessoas transgénero e/ou
não-conformes de género**

Análise Social, LVIII (2.º), 2023 (n.º 247), pp. 392-408

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023247.08>

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



O lugar psicoterapêutico: considerações críticas para a intervenção com pessoas transgênero e/ou não-conformes de gênero. O presente ensaio bibliográfico procura refletir sobre as experiências e vivências de pessoas transgênero e/ou não-conformes de gênero (TGNC) em torno da utilização de serviços de psicoterapia. Começamos por enquadrar o estado de arte das linhas orientadoras existentes para a intervenção psicoterapêutica com esta população. Avançamos com uma revisão bibliográfica com objetivo de aceder a narrativas de pessoas TGNC sobre os seus processos psicoterapêuticos, selecionando quatro artigos que exploram um total de 70 narrativas de pessoas TGNC. Apresentamos uma reflexão integrativa das principais conclusões destas investigações. Por fim, são lançadas algumas considerações, baseadas num posicionamento construcionista social crítico, para uma prática psicoterapêutica crítica com pessoas TGNC.

PALAVRAS-CHAVE: pessoas TGNC; narrativas; psicoterapia afirmativa; psicoterapia crítica.

The psychotherapeutic place: critical considerations for intervention with transgender and/or gender non-conforming individuals. This bibliographic essay seeks to explore the experiences of transgender and/or gender non-conforming (TGNC) people on the use of psychotherapy services. We begin by reviewing the state of the art of existing guidelines for psychotherapeutic intervention with this population. Followed by a bibliographic review aimed at accessing narratives of TGNC people about their psychotherapeutic processes, selecting four articles that explore a total of 70 narratives of TGNC people. We present an integrative exploration of the main findings of these researches. Finally, from a critical social constructionist positioning, some considerations for a critical psychotherapeutic practice with TGNC people are presented.

KEYWORDS: TGNC people; narratives; affirmative psychotherapy; critical psychotherapy.

TERESA TEIXEIRA
LILIANA RODRIGUES
NUNO SANTOS CARNEIRO
CONCEIÇÃO NOGUEIRA

O lugar psicoterapêutico: considerações críticas para a intervenção com pessoas transgênero e/ou não-conformes de gênero

INTRODUÇÃO: PRÁTICAS TRANSAFIRMATIVAS NUM ENQUADRAMENTO (INTER)NACIONAL

Durante a última década, temos observado discussões acadêmicas, sociais, políticas e legais em torno de pessoas que se identificam como transgênero e/ou não-conformes de gênero (TGNC¹), o que tem permitido o árduo alcance de alguns marcos de relevo, em particular no enquadramento dos cuidados de saúde mental disponíveis para pessoas TGNC. Em 2013 foi publicada a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM-5) (*American Psychiatric Association*, 2013), que reconhece explicitamente que “o desejo de ter um sexo diferente não representa uma perturbação”. Contudo, apenas substituiu o diagnóstico de perturbação de identidade de gênero por um diagnóstico de disforia de gênero – terminologia introduzida no DSM-III aquando das primeiras considerações sobre “transexualidade” (APA, 1986; Rodrigues, 2016). A última edição da Classificação Internacional de Doenças e problemas de

1 O termo “transgênero e/ou não-conformes de gênero” (TGNC) será utilizado como conceito guarda-chuva que intenta abranger a diversidade das possibilidades de identificações de gênero não-cisnormativas e/ou não-binárias. Foi selecionado o termo TGNC para manter a coerência com a terminologia utilizada pela maioria dos artigos selecionados para o presente ensaio bibliográfico.

saúde relacionados (CID-11, 2019) foi um passo mais longe, removendo a categoria de diagnóstico “perturbações de identidade de género” (WHO, 2019) e retirando-a das classificações.

No contexto ocidental, as linhas orientadoras para intervenção com esta população têm sido informadas, na sua maioria, pelos *Standards of Care* (SOC), da *World Professional Association for Transgender Health* (WPATH). Até ao presente, as SOC continuam a evidenciar uma perspetiva patologizadora das experiências trans, mesmo tendo em conta que na 7.^a versão (WPATH, 2012)² ocorreu uma distinção entre “disforia de género” e “variabilidade de género”, numa tentativa de legitimar a variedade de experiências trans, e assim passar de um foco na avaliação da identidade para um foco na medição de sofrimento. Contudo, continua a negar a autodeterminação das pessoas, e os processos que deveriam ser de acompanhamento tornam-se de avaliação e julgamento de quem solicita apoio. Nesta abordagem, profissionais dos domínios biomédicos adotam frequentemente o papel de “guardiões” do sistema binário de sexo/género (Coimbra, 1995; Missé, 2014), promovendo a ideia de que a regulação dos corpos tem de acompanhar a regulação das identidades (sociais), ou seja, de que os processos devem seguir as normas de género (isto é, sexo masculino – género masculino e sexo feminino – género feminino).

A crescente visibilidade e legitimação social de pessoas TGNC evidenciou os défices das linhas orientadoras existentes e levou ao desenvolvimento, pela *American Psychological Association* (APA), de novas *Guidelines for Psychological Practice With Transgender and Gender Nonconforming People* (APA, 2015). A Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) adaptou estas orientações para Portugal, em dezoito *guidelines*, no *Guia Orientador da Intervenção Psicológica com pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans* (LGBT) (OPP, 2017). Podemos organizar estas linhas orientadoras em três grandes dimensões que constituem a prática psicológica: a necessidade de formação adequada; a caracterização de uma prática psicológica conscienciosa; e a importância de um compromisso social e público que vai além do trabalho direto com pessoas TGNC.

A primeira dimensão, fundamentada pelas *guidelines* 1 a 4 (OPP, 2017), pretende reforçar a importância de formação e instrução adequadas por parte das/os profissionais em algumas das temáticas basilares para uma intervenção psicológica com pessoas TGNC: género como constructo não-binário; o direito à autodeterminação; distinções e inter-relações entre identidade de género, expressão de género e orientação sexual; e a importância de conhecer e saber

2 Em setembro de 2022 foi entretanto publicada a 8.^a versão dos *Standards of Care for the Health of Transgender and Gender Diverse People*. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/26895269.2022.2100644>.

aplicar a teoria da interseccionalidade – que procura compreender como certos aspetos das categorias identitárias de uma pessoa se combinam para criar diferentes modos de discriminação e privilégio (Nogueira, 2013; McCall, 2005) – na prática psicológica (OPP, 2017).

A segunda dimensão, fundamentada principalmente pelas *guidelines* 5 a 11 (OPP, 2017), dedica-se à sensibilização das/os profissionais para uma prática psicológica conscienciosa. Começa pela necessidade de autorreflexão, que consiste, sobretudo, em explorar as próprias atitudes e conhecimentos e a forma como estes afetam, ou podem afetar, a qualidade das suas intervenções com pessoas TGNC. É também essencial que se informem e compreendam as diversas especificidades das vivências de pessoas TGNC, não só a nível pessoal, mas também nas suas relações e experiências socioculturais. Cabe, então, a cada psicóloga/o não só tornar o lugar psicoterapêutico num lugar de suporte e aceitação, mas também participar na disseminação de relações profissionais multidisciplinares para um potencial acompanhamento mais compreensivo de pessoas TGNC, ou seja, de um maior entendimento e interseção das diversas dimensões das suas vidas, recursos e desafios (OPP, 2017).

Por fim, a terceira dimensão, fundamentada pelas *guidelines* 12 a 18, declara a importância de um comprometimento social e público das/os psicólogas/os, em que, por via do seu conhecimento especializado, e de acordo com as diretrizes éticas, trabalhem para o aperfeiçoamento de políticas e medidas promotoras da saúde e do bem-estar das pessoas TGNC. Pretende-se que este compromisso inclua contribuições para a produção científica, a disseminação de conhecimento científico e a formação de competências sensíveis à diversidade e desconstrução de crenças, atitudes e comportamentos de discriminação contra as pessoas TGNC (OPP, 2017).

As presentes linhas orientadoras aproximam-se das intenções de uma prática psicológica afirmativa. Inicialmente, o “modelo afirmativo *gay*” (por exemplo, Stein, 1988; Stein e Cabaj, 1996) referia-se a um conjunto de orientações para uma intervenção junto de lésbicas, *gays* e bissexuais. Este modelo pretendia redirecionar o foco da psicologia das noções de défice ou patologia para a validação da forma como os contextos sócio-culturais, ideológicos e políticos, assentes em configurações heterossexistas e homofóbicas, contribuem para as dificuldades e obstáculos à integração da diversidade sexual não-heterossexual (Carneiro, 2006; Moita, 2001). Este modelo veio *afirmar* a homossexualidade e a bissexualidade como modos de estruturação psicológica tão válidos, tão passíveis de uma vivência satisfatória e gratificante quanto a heterossexualidade (Carneiro, 2006). Assim, o modelo de terapia afirmativa *gay* representa um conjunto de linhas orientadoras da prática psicoterapêutica com pessoas lésbicas, *gays* e/ou bissexuais, e particularmente com aqueles que apresentam

dificuldades relativas à sua sexualidade. O objetivo da/o psicoterapeuta que partilha esta perspetiva é trabalhar com as pessoas na direção da aceitação da sua sexualidade (Moita, 2001, 2006).

No presente trabalho, pretendemos explorar e estender as noções afirmativas originais à prática psicológica com pessoas com identidades e expressões desafiantes do sistema binário e/ou cisnormativo de género. Assim sendo, práticas afirmativas com pessoas TGNC, isto é, práticas transafirmativas, traduzem abordagens que proporcionem ambientes de empoderamento a pessoas TGNC, sendo culturalmente sensíveis às necessidades desta população, e que trabalhem os impactos da opressão social na sua saúde mental. Psicólogos/os transafirmativos/os têm de ter consciência, conhecimento e competências para não só afirmar pessoas TGNC nos seus processos de des/identificação de género, mas também para abordar as temáticas multiculturais e de justiça social que influenciam o bem-estar geral da pessoa (APA, 2015). Continuam a existir psicoterapeutas que cometem erros ao enfatizar excessivamente, subestimar ou estigmatizar as identidades TGNC nas sessões de psicoterapia (Mizock e Lundquist, 2016), isto é, adotando uma abordagem transnegativa, seja por falta de conhecimento, viés pessoal, invalidações ou até microagressões contra pessoas TGNC (McCullough et al., 2017).

As recomendações existentes (APA, 2015; OPP, 2017) ainda se revelam insuficientes, sendo persistentes os relatos de pessoas TGNC de experiências de sofrimento e rejeição na procura de ajuda da parte de profissionais da saúde e da psicologia (Bettergarcia e Israel, 2018; Dickey e Singh, 2017; McCullough et al., 2017; Richards et al., 2016). Estas experiências problemáticas de psicoterapia podem ser profundamente nocivas para a pessoa e contribuir para um agravamento dos sintomas, diminuição da satisfação com a intervenção e até desencorajamento da procura de ajuda (Mizock e Lundquist, 2016).

O movimento em direção à psicoterapia afirmativa para pessoas TGNC tem sido benéfico, mas, no entanto, é importante realçar que as recomendações pouco orientam para a psicoterapia afirmativa com pessoas que não encaixem nas expectativas transnormativas. Estas expectativas estão ancoradas na transnormatividade – a hegemonia social através da qual as expressões e as experiências de género de pessoas trans são concebidas com base numa estrutura binária medicalizada (Johnson, 2016; Bradford e Syed, 2019), com intenção da aproximação às expressões e experiências de pessoas cisgénero; ou seja, pessoas TGNC que *passem* por cisgénero são mais reconhecidas e legitimadas. Desta forma, a transnormatividade tem o poder de estruturar as vivências e identidades TGNC numa hierarquia de legitimidade de algumas pessoas – pessoas trans binárias com intenções de alterações corporais – face a outras – pessoas não-binárias, pessoas trans binárias que não desejem alterações corporais, etc.

(Richards et al., 2016; Dickey e Singh, 2017; McCullough et al., 2017; Bettergarcia e Israel, 2018).

Persiste um posicionamento patologizador por parte de psicólogos/os, que muitas vezes revela práticas de *gatekeeping*, isto é, práticas que pretendem controlar, e geralmente limitar, o acesso geral ao cuidado e/ou acompanhamento que as pessoas TGNC procuram (Hilário, 2020; Linander et al., 2020; Dickey e Singh, 2017a). Algumas práticas de *gatekeeping* prendem-se com a tendência de certos profissionais de darem primazia ao trabalho com pessoas TGNC cuja identificação se insere dentro do binário de género e/ou que procuram intervenções médicas, tais como terapia hormonal e cirurgia (Singh e Burnes, 2017; Hilário, 2020). Esta legitimação parcial invisibiliza inevitavelmente as pessoas TGNC que se posicionam fora do binário de género e que, conseqüentemente, contam com menos acessos aos cuidados e acompanhamentos de que possam necessitar (Davis, Dewey e Murphy, 2016; Hilário, 2020; Matsuno, 2019).

No contexto português, em particular, a lei sobre a autodeterminação do género, aprovada em 2018 (Decreto-Lei n.º 38/2018), tem sido altamente celebrada por pessoas TGNC, pois representa um passo importante para o reconhecimento dos seus direitos, bem como para a despatologização desta população. Portugal tornou-se o décimo primeiro país do mundo com uma lei de reconhecimento de género assente na autodeterminação, que permite a separação entre os protocolos médicos e os direitos legais (Aboim, 2020). Esta lei promove práticas afirmativas com pessoas TGNC, no sentido de estas pessoas terem espaço para se definirem nos seus próprios termos, e deslegitima práticas de *gatekeeping* – apesar de estas persistirem em Portugal (Hilário, 2020).

Devido à rápida mudança no campo da saúde relativamente às pessoas TGNC e ao aumento das leis e políticas afirmativas desta população em Portugal, as/os psicólogas/os portuguesas/es devem manter-se atualizadas/os. Existe a necessidade de um compromisso maior por parte dos profissionais da psicologia, nomeadamente psicoterapeutas, para um processo contínuo de questionamento dos seus preconceitos de género e de como estes afetam o seu trabalho (Parker, 2007; Teo, 2012), de modo a que se construam e estabeleçam relações psicoterapêuticas afirmativas (Lindroth, 2016; Fassinger, 2017; Paine, 2018).

ESTUDOS SOBRE O LUGAR PSICOTERAPÊUTICO DE PESSOAS TGNC

Com base no estado da arte em torno das orientações para uma prática psicológica transfirmitiva, procedemos a uma revisão bibliográfica com o objetivo de aceder a narrativas de pessoas TGNC sobre as suas experiências com processos psicoterapêuticos. A seleção de artigos para este ensaio bibliográfico

foi orientada pelos seguintes critérios: 1) estudos qualitativos empíricos que recorressem a entrevistas, fornecendo assim narrativas das pessoas TGNC; 2) apenas estudos publicados em revistas científicas; 3) estudos em que exclusivamente as pessoas TGNC fossem participantes e que relatem as suas experiências psicoterapêuticas na primeira pessoa; 4) estudos em que o objetivo principal fosse discutir e caracterizar processos psicoterapêuticos com pessoas TGNC. Estes critérios levaram à seleção de quatro artigos, que passamos a apresentar. Importa salientar que não foi encontrado nenhum artigo empírico que correspondesse a estes critérios sobre a realidade portuguesa³.

Selecionámos inicialmente o artigo “The counseling experiences of transgender and gender nonconforming clients” (McCullough et al., 2017), por representar uma primeira abordagem à generalidade das experiências de pessoas TGNC com processos de aconselhamento. O estudo pretendeu responder à seguinte questão de investigação: quais são as experiências de aconselhamento de indivíduos TGNC? Este estudo contou com a participação de 13 pessoas que se identificaram como TGNC, com idades entre os 21 e os 54 anos de idade e com historial de utilização de serviços de saúde mental. Este estudo foi desenvolvido nos Estados Unidos da América (EUA); as pessoas participantes viviam em diversas regiões dos EUA, na Costa Oeste, no Nordeste, no Centro-Oeste, e no Sudeste. Destas pessoas, quatro identificaram-se como negras/afro-americanas, quatro como brancas, quatro como multiétnicas ou multirraciais, e uma pessoa identificou-se como latina. Todas as 13 pessoas participantes foram entrevistadas por telefone, e os dados foram analisados utilizando os procedimentos da Análise Fenomenológica Interpretativa (IPA – *Interpretive Phenomenological Analysis*), conforme delineada por Smith, Flowers e Larkin (2009).

De seguida, selecionámos o artigo “Missteps in psychotherapy with transgender clients: promoting gender sensitivity in counseling and psychological practice” (Mizock e Lundquist, 2016), por este aprofundar com mais especificidade as falhas que ocorrem nos processos psicoterapêuticos com pessoas TGNC. Este estudo também teve como foco principal explorar as experiências das pessoas TGNC com serviços de saúde mental. O processo de recrutamento para participar em entrevistas semiestruturadas ocorreu numa conferência no Nordeste dos EUA para indivíduos TGNC. Os critérios de seleção prendiam-se com três critérios: as pessoas terem uma idade igual ou superior a 18 anos,

3 Reconhecemos as especificidades de diferentes contextos políticos, culturais e legais, nomeadamente nos Estados Unidos da América (EUA). Contudo, avançamos com estas reflexões com base em conhecimento norte-americano como uma possibilidade de aproximação às abordagens psicológicas com pessoas TGNC e potenciando futuras investigações à interseção entre vivências e contextos políticos, culturais e legais em Portugal.

terem tido experiências de utilização de serviços de saúde mental e identificarem-se como TGNC. O estudo contou, assim, com a participação de 45 pessoas que se autoidentificaram como TGNC – 21 mulheres trans, 17 homens trans e sete pessoas que se identificaram como *genderqueer* e/ou *genderfluid*. A idade média dos participantes foi de 46 anos ($SD = 16,5$), com um intervalo entre 21 e 71 anos, e todas as pessoas tinham historial de utilização de serviços de saúde mental, sendo que 31 indicaram estar a frequentar psicoterapia no momento do estudo. Destas pessoas, 34 autoidentificaram-se como brancas, sete como birraciais, uma como afro-americana, uma como asiático-americana, uma como latino-americana, e uma como indígena-americana. As entrevistas duraram aproximadamente 60 minutos e decorreram por telefone ou num espaço privado de investigação num *campus* universitário onde a equipa de investigação estava afiliada. Para a análise dos dados recolhidos foi utilizada a *Grounded Theory* (Corbin e Strauss, 2008).

No sentido de complementar estes estudos, selecionámos ainda o artigo “Experiences of older transgender and gender nonconforming adults in psychotherapy: a qualitative study” (Elder, 2016), que nos permite aceder a narrativas de pessoas com mais idade e às suas perspetivas sobre as experiências e efeitos de processos psicoterapêuticos ao longo das suas vidas. O objetivo principal deste estudo prendeu-se com a exploração de perspetivas que são frequentemente negligenciadas devido à marginalização de pessoas TGNC e, assim, melhorar a qualidade dos cuidados psicoterapêuticos para esta população. Este estudo contou com a participação de dez pessoas TGNC que viviam na Baía de São Francisco (Califórnia, EUA), entre os 60 e os 83 anos de idade, e que tinham pelo menos uma experiência psicoterapêutica significativa, independentemente da sua identidade de género na altura do processo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas presenciais para explorar as experiências subjetivas das pessoas participantes em psicoterapia. Após a conclusão das entrevistas, o conjunto de dados recolhidos foi analisado de acordo com as seis fases de Análise Temática, de Braun e Clarke (2006).

Por fim, selecionámos o artigo “Finding a trans-affirmative provider: challenges faced by trans and gender diverse psychologists and psychology trainees” (Dickey e Singh, 2017), por acrescentar uma interseção ainda pouco estudada ao refletir sobre as especificidades dos desafios da procura e acesso a cuidados psicológicos transafirmativos por parte de pessoas TGNC que são profissionais/estudantes de psicologia. Este artigo relata na primeira pessoa as experiências das duas pessoas TGNC que escreveram o artigo, explorando os desafios relacionados com a procura de supervisão, o acesso a cuidados para serviços de avaliação e a procura de serviços de acompanhamento. Com base nos desafios a nível profissional e de formação que as pessoas TGNC enfrentam

na tentativa de acesso a cuidado, são fornecidas recomendações relacionadas com a formação transafirmativa, para formar profissionais de psicologia e proporcionar acompanhamento à população TGNC.

De seguida, apresentamos uma reflexão integrativa que se reporta às principais conclusões da análise das narrativas de um total de 70 pessoas, que se identificam como TGNC e que participaram nestes quatro estudos, sobre as suas experiências, expectativas e desafios na procura e seleção de um/a psicoterapeuta e durante o processo psicoterapêutico. Esta reflexão visa, em particular, as experiências individuais das pessoas TGNC nos seus lugares psicoterapêuticos, e, por não existir material específico nestes domínios em contexto português, pretendemos elencar orientações para a prática psicoterapêutica que possam ser transferíveis para a experiência de pessoas TGNC em geral, mas tendo sempre em consideração a necessidade de conciliar a sensibilidade a diferentes contextos culturais e legais na articulação destes com as necessidades individualizadas.

REFLEXÃO INTEGRATIVA DAS EXPERIÊNCIAS PSICOTERAPÊUTICAS DE PESSOAS TGNC

Pessoas que se identificam como TGNC e que utilizam e procuram serviços de aconselhamento/psicoterapia fazem-no tanto por intenções relacionadas com as vivências que percecionam subjetiva e/ou culturalmente como problemáticas, como por intenções que não estão relacionadas com estas vivências. O mais recorrente é existir uma interseção e combinação de diferentes intenções, por exemplo, alguém procurar apoio psicológico para gestão de ansiedade em momentos de avaliação e para apoio em processos de revelação das suas identificações como TGNC a pessoas significativas (McCullough et al., 2017). Com base na presente revisão bibliográfica, apresentamos algumas considerações que emergem como importantes sobre as particularidades dos processos psicoterapêuticos com pessoas TGNC. Desta forma, todas as conclusões apresentadas nesta secção traduzem a integração das conclusões da análise dos discursos diretos, realizadas pelas respetivas equipas de investigação de cada um dos artigos empíricos selecionados.

Muitas pessoas TGNC relatam que o fator mais importante para o sucesso do processo psicoterapêutico está relacionado com o desenvolvimento de uma forte aliança psicoterapêutica; em particular, surgem as dimensões da confiança, da empatia e dos cuidados demonstrados como determinantes para uma boa relação psicoterapêutica (Elder, 2016; McCullough et al., 2017).

O processo de procurar e encontrar um/a psicoterapeuta revela-se crucial e bastante complexo, pelo que várias pessoas TGNC desenvolvem estratégias

para identificar psicoterapeutas com possíveis abordagens transnegativas ou, de modo inverso, com abordagens transafirmativas, de forma a tentarem assegurar que as suas necessidades serão respeitadas e integradas na abordagem psicoterapêutica.

São então adotadas estratégias de avaliação de profissionais para determinar a decisão sobre que profissional acreditam ser mais adequada/o para atender às suas necessidades. Algumas pessoas entrevistam a/o psicóloga/o presencialmente ou por telefone, enquanto outras testam as reações da/o psicoterapeuta a determinadas palavras ou declarações (McCullough et al., 2017). Existem ainda pessoas TGNC que procuram profissionais especificamente com base na sua orientação sexual, identidade de gênero e/ou “raça”/etnia, pois afirmam que pode ser particularmente importante para si ter um/a profissional com semelhança de vivências de opressão/estigmatização, com quem encontrem pontos de identificação e se sintam, *a priori*, mais seguros. Ou seja, acreditam que as/os profissionais que experienciam lutas semelhantes serão mais capazes de entender os seus processos (McCullough et al., 2017). Apesar de esta estratégia ter sido útil para muitas pessoas TGNC encontrarem psicoterapeutas contemplativos das suas necessidades, nem sempre é o caso. Um/a psicoterapeuta identificar-se como TGNC não garante um bom acompanhamento, podendo por vezes trazer maior rigidez nas expectativas de como o processo de autodeterminação de gênero da pessoa deve ou não ocorrer (Elder, 2016).

Atualmente, nos Estados Unidos da América, existem, por um lado, cada vez mais psicólogas/os com formação sobre as temáticas e vivências de pessoas TGNC, e, por outro lado, muitas/os psicólogas/os a exercer com pessoas TGNC sem qualquer formação adequada (Dickey e Singh, 2017). Contudo, a prática e a formação não são condições suficientes para assegurar que os psicoterapeutas não adotem uma abordagem transnegativa.

Uma abordagem transnegativa evidencia muitas vezes a falta de conhecimento básico de aspetos políticos, históricos, culturais e médicos relacionados com a vida de pessoas TGNC (McCullough et al., 2017), originando situações desadequadas durante o processo psicoterapêutico com estas pessoas. São recorrentes os relatos destas pessoas de que, ao longo de um processo psicoterapêutico, sentem pressão para explicar e ensinar às/aos suas/seus psicoterapeutas sobre as suas vivências enquanto pessoas TGNC (Elder, 2016; Matsuno, 2019; Mizock e Lundquist, 2016; Rodrigues, 2016), existindo, em particular, muita dificuldade em gerir temáticas em torno do gênero. Por vezes, aspetos importantes da vida da pessoa para além das temáticas de gênero são negligenciados, ou, pelo contrário, é demonstrado um desinteresse e afastamento dos temas de gênero (Mizock e Lundquist, 2016).

Está ainda patente uma visão binária do género (isto é, delimitado a duas categorias, masculino ou feminino) como uma verdade absoluta por parte da psicologia, que se pode traduzir na utilização de noções restritivas e preconcebidas de género com pessoas TGNC. Além disso, muitas vezes estas crenças levam à utilização de generalizações durante o processo psicoterapêutico, assumindo uma homogeneização das experiências e vidas de pessoas TGNC e, portanto, desrespeitando a diversidade que estas vidas corporalizam e experienciam entre si (Elder, 2016; Matsuno, 2019; Mizock e Lundquist, 2016). É crucial respeitar e aceitar as especificidades de todos os processos, seja com pessoas TGNC que encontram legitimação no binário de género, seja com pessoas TGNC que encontram legitimação fora do binário de género, já que, como facilmente se compreende, generalizações e expectativas rígidas são danosas para o sucesso psicoterapêutico. Contudo, mesmo quando as/os psicólogas/os entendem que há uma infinidade de identidades e expressões de género além do binário de género (Richards et al., 2016; Teixeira e Carneiro, 2018), mantêm suposições binárias incorporadas na sua abordagem, por exemplo, assumindo uma noção de transição única e binária, em que se impõe às pessoas que se identificam como TGNC uma transição social e/ou médica normativa (Dickey e Singh, 2017).

Estas abordagens promovem, assim, inúmeras situações de invalidação das experiências de pessoas TGNC, que podem incluir: evasão, preconceito interpessoal, desânimo, recusa em levar a sério as pessoas e recusa em usar os pronomes de género com os quais as pessoas se autoidentificam (McCullough et al., 2017). Continuam, portanto, a existir psicoterapeutas que conduzem um processo psicoterapêutico como se a identificação de uma pessoa como TGNC fosse um problema a ser corrigido, estigmatizando estas identificações de género como uma doença mental a ser tratada e até como causa de todos os problemas que são abordados em consulta (Hilário, 2020; Linander et al., 2020; Mizock e Lundquist, 2016; McCullough et al., 2017; Dickey e Singh, 2017a). Importa também alertar para relatos de práticas de *gatekeeping*, que surgem de uma abordagem transnegativa: várias pessoas TGNC relataram ter experienciado que o processo psicoterapêutico passou por um foco no papel do psicoterapeuta no controlo do acesso a recursos médicos afirmativos de género (Elder, 2016; Mizock e Lundquist, 2016). Estes profissionais mantêm as pessoas TGNC em acompanhamento por mais tempo do que o necessário, muitas vezes perpetuando uma abordagem patológica e binária da identidade TGNC (Dickey e Singh, 2017; Linander et al., 2020).

Em contrapartida, uma intervenção transafirmativa pretende constituir-se como uma abordagem de validação e aceitação de pessoas TGNC, assim como

a defesa e educação de outras pessoas sobre as suas preocupações e desafios sociais (Fassinger, 2017). As abordagens psicoterapêuticas transafirmativas constroem um lugar de validação e afirmação – nunca patologizando – das identificações como TGNC, sendo crucial que as/os psicoterapeutas sejam formadas/os no sentido de compreender as experiências de discriminação e marginalização de pessoas TGNC (Dickey e Singh, 2017; McCullough et al., 2017). Importa realçar dois níveis de particular relevo para uma intervenção transafirmativa: a relação psicoterapêutica em si e as/os psicoterapeutas assumirem posições públicas comprometidas com as necessidades das pessoas TGNC (McCullough et al., 2017).

Nas suas narrativas, as pessoas TGNC com mais idade e com experiência com processos psicoterapêuticos advertem que encontrar um/a psicoterapeuta informado/a sobre práticas transafirmativas não é suficiente, e valorizam mais a aliança entre si e a/o psicoterapeuta; caso não se forme essa aliança, aconselham a procura de um/a novo/a profissional (Elder, 2016). Para a construção desta relação é crucial que a/o psicoterapeuta exiba empatia e compreensão, empoderamento e transparência quanto ao seu conhecimento sobre as temáticas e vivências de pessoas TGNC (McCullough et al., 2017; Elder, 2016). Uma relação psicoterapêutica transafirmativa deve refletir sentimentos de conexão e confiança entre os intervenientes, para a construção de um lugar psicoterapêutico de conforto interpessoal, partilha aberta, aceitação, cuidado e suporte. É de salientar que um fator promotor da construção deste lugar é a utilização, por parte do psicoterapeuta, de uma linguagem de afirmação promovida por pessoas TGNC (McCullough et al., 2017; Elder, 2016). É também de particular relevância reforçar ligações entre as/os psicólogas/os afirmativas/os de pessoas TGNC e as/os profissionais afirmativas/os de pessoas TGNC de outras disciplinas; estas ligações facilitam a consciencialização e o conhecimento de mais serviços afirmativos desta população (Dickey e Singh, 2017a).

Uma abordagem apenas pode designar-se transafirmativa se incluir esse comprometimento público que implica apoiar os direitos de pessoas TGNC, criar espaços para que as pessoas TGNC contem as suas histórias e atuar com e em nome destas pessoas para ajudar a reduzir barreiras e danos sistémicos (Fassinger, 2017). Alguns exemplos deste comprometimento público por parte das/os psicoterapeutas, relatados por pessoas TGNC, incluem: aprender sobre as preocupações das pessoas TGNC; adotar uma abordagem de justiça social na intervenção; e ajudar a educar outras pessoas na eliminação de barreiras sistémicas para as pessoas TGNC. Quando um/a psicoterapeuta mostra, visivelmente, o seu apoio a pessoas TGNC na comunidade, estas pessoas sentem-se mais compreendidas e apoiadas (Elder, 2016; Mizock e Lundquist, 2016; Dickey e Singh, 2017; McCullough et al., 2017).

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS SOBRE A INTERVENÇÃO PSICOTERAPÊUTICA CRÍTICA COM PESSOAS TGNC

Partindo de um posicionamento construcionista social (Berger e Luckman, 1966; Gergen, 1999; Nogueira, 2001), entende-se que qualquer identidade se inscreve no quadro de construções sociais, criado para categorizar pessoas e experiências de subjetivação que escapam à uniformização (Foucault, 1999 [1976]; Butler, 1990; Fassinger, 2017). Este sistema, que patologiza identidades/identificações TGNC por desafiam os limites do sistema binário de sexo/gênero, sobrevive muito eficazmente ao persuadir estas pessoas de que são elas as “responsáveis” e de que são elas que têm o problema (Parker, 1999). Uma crítica ao essencialismo identitário permite, precisamente, libertar o sujeito desses limites (Butler, 2004; Foucault, 1984 [1979]). Neste sentido, qualquer sistema – em particular um sistema de intervenção psicoterapêutica – que dependa de interações com base em identidades socialmente construídas é potencialmente problemático, uma vez que se baseia em construções temporais, históricas e culturalmente contingentes (Fassinger, 2017). Para olharmos criticamente para a psicologia nas suas vertentes psicoterapêuticas, é crucial refletir sobre a necessidade de integrar noções de poder e de subjetividade e recorrer a pontes entre as mudanças socio-estruturais e o trabalho psicoterapêutico, numa exigência que inclui atender criticamente à mudança ou, pelo contrário, à estagnação do discurso psicológico (Moita, 2006; Parker, 1999).

Importa, neste momento de reflexão final, questionar: apesar de, aparentemente, a formação psicológica sobre pessoas TGNC ter aumentado na última década (Dickey e Singh, 2017), será que esta tem reiterado noções essencialistas, identitárias e binárias de gênero? Será que estas formações têm valorizado a aprendizagem sobre a necessidade de um comprometimento público quanto a questões relacionadas com pessoas TGNC? Estaremos aqui em presença da problemática de estas pessoas sentirem que são remetidas para o que se pode chamar, de acordo com Rodrigues (2016), de um “não-lugar”? Torna-se urgente dar resposta a estes questionamentos e assegurar que as formações disponíveis são baseadas em conhecimento científico atual, transafirmativas e, ainda, que incluem as pessoas TGNC na sua conceção. Contudo, no presente, é escassa a investigação realizada em Portugal sobre a intervenção específica com esta população e dedicada a explorar e avaliar os planos educativos/formativos específicos sobre as vivências e experiências de pessoas TGNC.

A contínua formação e atualização de conhecimento, de forma a acompanhar os avanços críticos a nível teórico e empírico, desenvolverá as competências dos profissionais para as práticas psicológicas transafirmativas (Dickey e Singh, 2017). Contudo, é necessário ir mais longe; em particular, tendo em

conta que várias/os profissionais com formação e experiência continuam a ter uma abordagem focada na problematização das identidades/identificações TGNC, sem questionar nem problematizar a transfobia e o seu impacto, direto e indireto, nessas pessoas. A psicologia deve reclamar para si mesma o combate à injustiça social (Parker, 2007; Teo, 2012), designadamente quando é divulgada e imposta por pretensos/as especialistas, tendo então de enquadrar argumentos políticos e defender perspetivas contributivas para a mudança radical destas tradições opressivas e essencialistas (Parker, 2007).

As/os psicólogos/os por vezes ignoram o impacto dos desequilíbrios de poder, em particular num processo psicoterapêutico, fazendo assim do lugar psicoterapêutico um contexto de exercício de poder no qual se omite o poder de quem procura a intervenção (Foucault, 1999 [1976]; Parker, 1999). O papel da/o psicóloga/o requer a não imposição do “saber/poder especialista” (Foucault, 1999 [1976]), principalmente quando se intervém com populações às quais histórica e reiteradamente são retirados o poder, o lugar e a possibilidade de autodeterminação. Como é possível perceber neste ensaio bibliográfico, continua a ser frequente os/as profissionais utilizarem o poder do seu pretense saber especialista para determinar a legitimidade das identidades/identificações TGNC, o que leva muitas destas pessoas a recusarem ou adiarem a procura de apoio psicológico, e outras a abdicar dos seus processos individuais de subjetivação em prol da assimilação promovida nestes contextos, de forma a facilitar o acesso aos serviços e procedimentos legais e/ou médicos. Assim, estas/es profissionais da psicologia assumem o papel de determinar as vontades e identidades das pessoas TGNC, desconsiderando a autodeterminação dos seus corpos e identidades/identificações.

As pessoas TGNC apresentam contributos indispensáveis para o desenvolvimento de planos de intervenção culturalmente sensíveis a estas populações com vivências sociais desafiantes. Assim, um posicionamento humanizado desmistifica o processo: este reposicionamento do poder da “autoridade” profissional não significa que as/os profissionais não têm nada a oferecer ou que se devam tornar invisíveis para que as pessoas TGNC se tornem visíveis; significa que o diferencial de poder, predefinido por normas culturais, pode ser superado pela prática da humildade (Prilleltensky, 1999) e pela dedicação à construção de redes de solidariedade e de processos humanizados e humanizantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOIM, S. (2020), "Fragmented recognition: gender identity between moral and legal spheres". *Social Politics*, 29 (1), pp. 1-24. <https://doi.org/10.1093/sp/jxaa011>.
- APA – American Psychiatric Association (2013), *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5*, 5.^a ed., Washington, DC, American Psychiatric Association.
- APA – American Psychological Association (2015), "Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people". *American Psychologist*, 70 (9), pp. 832-864. <https://doi.org/10.1037/a0039906>.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Decreto-Lei n.º 38/2018, 7 de agosto. *Diário da República*, I série, n.º 151. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/38/2018/08/07/p/dre/pt/html>.
- BERGER, P.L., LUCKMAN, T. (1966), *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*, Londres, Penguin Books.
- BETTERGARCIA, J.N., ISRAEL, T. (2018), "Therapist reactions to transgender identity exploration: effects on the therapeutic relationship in an analogue study". *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 5 (4), pp. 423-431. <https://doi.org/10.1037/sgd0000288>.
- BRADFORD, N.J., SYED, M. (2019), "Transnormativity and transgender identity development: a master narrative approach". *Sex roles*, 81, pp. 306-325. <https://doi.org/10.1007/s11199-018-0992-7>.
- BRAUN, V., CLARKE, V. (2006), "Using thematic analysis in psychology". *Qualitative Research in Psychology*, 3, pp. 77-101. <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>.
- BUTLER, J. (1990), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, ed. rev., Nova Iorque, Routledge.
- BUTLER, J. (2004), *Undoing Gender*, Nova Iorque, Routledge.
- CARNEIRO, N.S. (2006), *Ser, Pertencer e Participar: Construção da Identidade Homossexual, Redes de Apoio e Participação Comunitária*. Tese de doutoramento não publicada, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- COIMBRA, C. (1995), *Guardiães da Ordem. Uma Viagem pelas Práticas Psi do Brasil do Milagre*, Rio de Janeiro, Oficina do Autor.
- CORBIN, J., STRAUSS, A.L. (2008), *Basics of Grounded Theory Methods*, 3.^a ed., Los Angeles, Sage.
- COLEMAN, E. et al. (2011), "Standards of care for the health of transsexual, transgender, and gender-nonconforming people, version 7". *International Journal of Transgenderism*, 13, pp. 165-232. <https://doi.org/10.1080/15532739.2011.700873>.
- DAVIS, G., DEWEY, J., MURPHY, E. (2016), "Giving sex: deconstructing intersex and trans medicalisation practices". *Gender & Society*, 30 (3), pp. 490-514. <https://doi.org/10.1177/0891243215602102>.
- DICKEY, L., SINGH, A.A. (2017), "Finding a trans-affirmative provider: challenges faced by trans and gender diverse psychologists and psychology trainees". *Journal Of Clinical Psychology: In Session*, 73 (8), pp. 938-944. <https://doi.org/10.1002/jclp.22508>.
- DICKEY, L.M., SINGH, A.A. (2017a), "Affirmative counseling with transgender and gender nonconforming clients". In K.A. DeBord, A.R. Fischer, K.J. Bieschke, R.M. Perez (eds.), *Handbook of Sexual Orientation and Gender Diversity in Counseling and Psychotherapy*, Washington, DC, American Psychological Association, pp. 157-182. <https://doi.org/10.1037/15959-007>.
- ELDER, A.B. (2016), "Experiences of older transgender and gender nonconforming adults in psychotherapy: a qualitative study". *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 3 (2), pp. 180-186. <http://dx.doi.org/10.1037/sgd0000154>.

- FASSINGER, R.E. (2017), "Considering constructions: a new model of affirmative therapy". In K. A. DeBord, A. R. Fischer, K. J. Bieschke, R. M. Perez (eds.), *Handbook of Sexual Orientation and Gender Diversity in Counseling and Psychotherapy*, Washington, DC, American Psychological Association, pp. 19-50.
- FOUCAULT, M. (1999 [1976]), *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, São Paulo, Graal.
- FOUCAULT, M. (1984 [1979]), *Microfísica do Poder*, 4.^a ed., Rio de Janeiro, Graal.
- GERGEN, K. J. (1999), *An Invitation to Social Construction*, Londres, SAGE.
- HILÁRIO, A. P. (2020), "Rethinking trans identities within the medical and psychological community: a path towards the depathologization and self-definition of gender identification in Portugal?" *Journal of Gender Studies*, 29 (3), pp. 245-256. <https://doi.org/10.1080/09589236.2018.1544066>.
- JOHNSON, A. H. (2016), "Transnormativity: a new concept and its validation through documentary film about transgender men". *Sociological Inquiry*, 86 (4), pp. 465-491. <https://doi.org/10.1111/soin.12127>.
- LINDROTH, M. (2016), "Competent persons who can treat you with competence, as simple as that" – an interview study with transgender people on their experiences of meeting health care professionals". *Journal of Clinical Nursing*, 25 (23-24), pp. 3511-3521. <https://doi.org/10.1111/jocn.13384>.
- LINANDER, I. et al. (2020), "Two steps forward, one step back: a policy analysis of the swedish guidelines for trans-specific healthcare". *Sexuality Research and Social Policy*, 18, pp. 309-320. <https://doi.org/10.1007/s13178-020-00459-5>.
- MATSUNO, E. (2019), "Nonbinary-affirming psychological interventions, cognitive and behavioral practice". *Cognitive and Behavioral Practice*, 26 (4), pp. 617-628. <https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2018.09.003>.
- MCCALL, L. (2005), "The complexity of interseccionality". *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30 (3), pp. 1771-1800.
- MCCULLOUGH, R. et al. (2017), "The counseling experiences of transgender and gender non-conforming clients". *Journal of Counseling & Development*, 95, pp. 423-434. <https://doi.org/10.1002/jcad.12157>.
- MISSÉ, M. (2014), *Transexualidades: Outras Miradas Possíveis*, 2.^a ed., Barcelona e Madrid, Egales Editorial.
- MIZOCK, L., LUNDQUIST, C. (2016), "Missteps in psychotherapy with transgender clients: promoting gender sensitivity in counseling and psychological practice". *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 3 (2), pp. 148-155. <http://dx.doi.org/10.1037/sgd0000177>.
- MOITA, M. G. (2001), *Discursos sobre a Homossexualidade no Contexto Clínico: A Homossexualidade de Dois Lados do Espelho*. Tese de doutoramento não publicada, Porto, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto.
- MOITA, G. (2006), "A patologização da diversidade sexual: homofobia no discurso de clínicos". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 53-72. <https://doi.org/10.4000/rccs.862>.
- NOGUEIRA, C. (2001), "Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do género". *Cadernos de Pesquisa*, 112, pp. 137-153.
- NOGUEIRA, C. (2013), "A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidade: condições de produção de 'novas possibilidades' no projeto de uma psicologia feminista crítica". In A. L. Brizola, A. V. Zanella, M. Gesser (eds.), *Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos*, Chapecó, ABRAPSO, pp. 227-248.

- OPP – Ordem dos Psicólogos Portugueses (2017), *Guia Orientador da Intervenção Psicológica com pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans (LGBT)*. Disponível em https://www.ordem-dopsicologos.pt/ficheiros/documentos/guidelines_opp_lgbt_marco_2017.pdf.
- PAINÉ, E. A. (2018), “Embodied disruption: ‘sorting out’ gender and nonconformity in the doctor’s office”. *Social Science & Medicine*, 211, pp. 352-358. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.06.039>.
- PARKER, I. (1999), “Deconstruction and psychotherapy”. In I. Parker (ed.), *Deconstructing Psychotherapy*, Londres, Sage Publications, pp. 1-18.
- PARKER, I. (2007), *Revolution in Psychology: Alienation to Emancipation*, Londres, Pluto Press.
- PRILLELTENSKY, I. (1999), “Critical psychology foundations for the promotion of mental health”. *Annual Review of Critical Psychology*, 1, pp. 100-118.
- RICHARDS, C. et al. (2016), “Non-binary or genderqueer genders”. *International Review of Psychiatry*, 28 (1), pp. 95-102. <https://doi.org/10.3109/09540261.2015.1106446>
- RODRIGUES, L. (2016), *Viagens Trans (Gênero) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica*. Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- SMITH, J. A., FLOWERS, P., LARKIN, M. (2009), *Interpretive Phenomenological Analysis: Theory, Method and Research*, Thousand Oaks, Sage.
- STEIN, T. S. (1988), “Theoretical considerations in psychotherapy with gay men and lesbians”. In M. W. Ross (ed.), *The Treatment of Homosexuals with Mental Disorders*, Nova Iorque, Harrington Park Press, pp. 75-96.
- STEIN, T. S., CABAJ, R. P. (1996), “Psychotherapy with gay men”. In R. P. Cabaj e T. S. Stein (eds.), *Textbook of Sexuality and Mental Health*, Washington, DC, American Psychiatric Press, pp. 413-432.
- TEIXEIRA, T., CARNEIRO, N. S. (2018), “Gozar os géneros: para uma escuta *queer* de não-binários de género”. *ex aequo*, 38, pp. 129-145. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.09>.
- TEO, T. (2012), “Critical psychology”. In R. Rieber (ed.), *Encyclopedia of the History of Psychological Theories*, Nova Iorque, Springer, pp. 236-248.
- WPATH – World Professional Association for Transgender Health (2012), *Normas de Atenção à Saúde das Pessoas Trans e com Variabilidade de Género*.

Recebido a 02-04-2021. Aceite para publicação a 09-05-2022

TEIXEIRA, T. et al. (2023), *Ensaio bibliográfico “O lugar psicoterapêutico: considerações críticas para a intervenção com pessoas transgénero e/ou não-conformes de género”*. *Análise Social*, 247, LVIII (2.º), pp. 392-408.

Teresa Teixeira » teresa.r.f.teixeira@gmail.com » Centro de Psicologia da Universidade do Porto » Rua Alfredo Allen — 4200-135 Porto, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-4429-2987>.

Liliana Rodrigues » lrodrigues@fpce.up.pt » Centro de Psicologia da Universidade do Porto » Rua Alfredo Allen — 4200-135 Porto, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-6900-9634>.

Nuno Santos Carneiro » nuno.carneiro@isspp.pt » Instituto Superior de Serviço Social do Porto » Avenida Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370, Sr.ª da Hora — 4460-362 Porto, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-0982-2946>.

Conceição Nogueira » cnogueira@fpce.up.pt » Centro de Psicologia da Universidade do Porto » Rua Alfredo Allen — 4200-135 Porto, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-9152-754X>.
